SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Gerações brasileiras: proposta de classificação à luz de eventos sócio-históricos brasileiros

Jaqueline Cavalcante Milhome, Diva Ester Okazaki Rowe, Ivonberg Dourado Magalhães

https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Submetido em: 2026-05-08
Postado em: 2026-05-08 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

CADERNOS EBAPE.BR FGV EBAPE

Dossiê: Gerações, etarismo e trabalho

Gerações brasileiras: proposta de classificação à luz de eventos sócio-históricos brasileiros

Jaqueline Cavalcante Milhome
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9084-9136

Diva Ester Okazaki Rowe
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4760-5157

Ivonberg Dourado Magalhães
Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal), Rio Largo, Alagoas, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2959-2698

Resumo
Este estudo compreende a formação geracional como resultado de eventos históricos e culturais específicos, problematizando a transposição de classificações geracionais entre diferentes contextos nacionais. Mapeamento da literatura evidenciou ausência de classificação geracional desenvolvida e validada para a realidade brasileira. Nesse contexto, objetivou-se propor uma classificação de gerações fundamentada em eventos sócio-históricos brasileiros e relatos de 452 participantes sobre acontecimentos marcantes para sua formação individual e coletiva, abrangendo o período desde a Era Vargas (1930) até os anos 2000. Propõem-se 7 coortes geracionais: Nacionalista (1910-1929), Pré-Ditadura (1930-1943), Reprimida (1944-1958), Diretas (1959-1968), Hiperinflação (1969-1978), Social (1979-1991) e 4.0 (1992-2005). Os resultados ratificam a constituição de gerações a partir de experiências sócio-históricas vivenciadas em diferentes momentos da vida, sobretudo na socialização secundária. Os achados contribuem ao oferecer uma proposta situada na realidade brasileira, com implicações para estudos sobre trabalho, socialização, comunicação e políticas públicas.
Palavras-chave: classificação de gerações brasileiras, gerações brasileiras, eventos sócio-históricos, socialização secundária, memória coletiva.

Brazilian Generations: a classification proposal by Brazilian socio-historical events
Abstract
This study conceptualizes generational formation as the outcome of specific historical and cultural events, questioning the direct transferability of generational classifications across national contexts. A review of the literature revealed the absence of a generational framework developed and empirically grounded in the Brazilian context. Accordingly, this study proposes a classification of Brazilian generations based on socio-historical events and reports from 452 participants regarding events considered significant for their individual and collective formation, across Vargas Era (1930) from 2000s. Seven generational cohorts are identified: Nationalist (1910–1929), Pre-Dictatorship (1930–1943), Repressed (1944–1958), Diretas (1959–1968), Hyperinflation (1969–1978),

Submetido em 26 de dezembro de 2024 e aceito para publicação em 29 de março de 2026.
DOI: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Social (1979–1991), and 4.0 (1992–2005). Findings indicate that generational constitution is shaped by socio-historical experiences occurring at different stages of the life course, particularly during secondary socialization. These results contribute to the literature by offering a contextually grounded generational framework, with implications for research on work, social relations, communication, and public policy.
Keywords: Brazilian generational cohorts, socio-historical events, secondary socialization, collective memory.

Generaciones brasileñas: una propuesta de clasificación a la luz de los acontecimientos sociohistóricos brasileños

Resumen

Este estudio concibe la formación generacional como el resultado de eventos históricos y culturales específicos, cuestionando la transferencia directa de clasificaciones generacionales entre distintos contextos nacionales. Una revisión de la literatura evidenció la ausencia de una clasificación generacional desarrollada y empíricamente sustentada en la realidad brasileña. En este marco, el estudio propone una clasificación de generaciones brasileñas basada en eventos sociohistóricos y en los relatos de 452 participantes sobre acontecimientos considerados significativos para su formación individual y colectiva, abarcando el período desde la Era Vargas (1930) hasta los años 2000. Se identifican siete cohortes generacionales: Nacionalista (1910–1929), Pre-Dictadura (1930–1943), Reprimida (1944–1958), Diretas (1959–1968), Hiperinflación (1969–1978), Social (1979–1991) y 4.0 (1992–2005). Los resultados indican que la constitución de las generaciones se configura a partir de experiencias sociohistóricas vividas en distintos momentos del ciclo vital, especialmente durante la socialización secundaria. Estos hallazgos aportan a la literatura al ofrecer un marco analítico situado en la realidad brasileña, con implicaciones para estudios sobre trabajo, relaciones sociales, comunicación y políticas públicas.
Palabras clave: generaciones brasileñas, eventos sociohistóricos, socialización secundaria, memoria colectiva.

INTRODUÇÃO

Transformações sociais ao longo do tempo ressignificam valores, comportamentos e relações humanas. Tais mudanças refletem experiências vividas pelos indivíduos, desde a socialização primária, no período inicial de vida, até a socialização secundária, ocorrida no contexto social mais amplo. Essas vivências impactam trajetórias individuais e coletivas, constituindo memórias e valores socialmente compartilhados que caracterizam diferentes gerações. Com base nessas memórias coletivas comuns, vivenciadas por indivíduos que, embora nascidos em um mesmo intervalo de anos, foram expostos a períodos históricos específicos e socialmente marcantes, estruturam-se as gerações.

A compreensão das gerações exige, portanto, a análise de como contextos históricos específicos influenciam características que aproximam ou diferenciam grupos geracionais (Harari et al., 2023). Isso ocorre porque distintos países, com realidades sociais, políticas e culturais próprias, vivenciam os mesmos períodos cronológicos inseridos em contextos sócio-históricos diversos. Sociedades impactadas por grandes guerras desenvolveram repertórios simbólicos, valores e instituições distintos daqueles formados em contextos marcados por regimes autoritários ou por longos períodos de restrição de direitos civis. De modo semelhante, a intensificação do uso das tecnologias e a aceleração da comunicabilidade produziram efeitos diferenciados conforme os períodos formativos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

vivenciados pelos indivíduos.

Ao observar os eventos sócio-históricos ocorridos no Brasil, evidencia-se que estes foram experienciados em um contexto sociocultural distinto daquele dos Estados Unidos, onde se originou a classificação geracional mais difundida na literatura. Abordagem semelhante foi adotada em estudos desenvolvidos em outras realidades nacionais, como a chinesa (Egri & Ralston, 2004), malaia (Ting & Run, 2015), mexicana (Fernández-Durán, 2016) e sul-africana (Duh & Struwig, 2015). Nesses eventos históricos específicos e de amplo alcance social, como o Apartheid na África do Sul, crises políticas e econômicas no México, a Revolução Chinesa na China ou a colonização britânica e a liderança de Tun Mahathir na Malásia, estruturaram-se repertórios simbólicos e cognitivos que moldaram valores sociais e disposições comportamentais particulares.

Nesse sentido, como observado em outras realidades nacionais, entende-se que a classificação geracional amplamente utilizada, desenvolvida a partir da experiência norte-americana, não se mostra plenamente adequada à sociedade brasileira. Sua aplicação acrítica pode resultar em imprecisões analíticas e equívocos interpretativos (Lyons & Kuron, 2014). Torna-se, portanto, relevante repensar e discutir as gerações de acordo com uma perspectiva ancorada nos eventos sócio-históricos que marcaram a trajetória da sociedade brasileira.

Ao realizar uma busca por trabalhos que levantassem essa discussão, identificou-se que Schewe e Meredith (2004) propuseram uma classificação de gerações para o Brasil desenvolvida a partir de períodos históricos muito próximos, não validados empiricamente e com eventos sócio-históricos anteriores à posse dos presidentes Lula e Bolsonaro, eventos com substanciais impactos na sociedade atual. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo propor uma classificação de gerações brasileiras à luz dos eventos sócio-históricos ocorridos no Brasil ao longo dos séculos 20 e 21. Busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: Quais grupos geracionais podem ser identificados na sociedade brasileira?

A relevância de um estudo que problematiza as gerações no contexto brasileiro justifica-se pelo uso recorrente das categorias geracionais na explicação de comportamentos sociais, profissionais e de consumo, bem como de padrões de relacionamento interpessoal. Coortes geracionais têm sido amplamente mobilizadas para compreender atitudes em relação ao trabalho, à política, ao presente e ao futuro. Contudo, a ampliação desse uso sem a devida contextualização histórica e sociocultural tem contribuído para a disseminação de estereótipos geracionais que pouco dialogam com as especificidades da realidade brasileira.

Após esta introdução, o artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, discute-se a formação social como elemento precursor das gerações. Em seguida, são delineados os principais eventos sócio-históricos e as coortes geracionais a eles associadas. O referencial teórico é concluído com a apresentação de eventos brasileiros com potencial formador de gerações. Na sequência, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Posteriormente, apresenta-se a proposta de coortes de gerações brasileiras fundamentada em eventos sócio-históricos. A seção seguinte dedica-se à exposição e à análise dos dados empíricos relativos às gerações investigadas. Por fim, o artigo encerra-se com as conclusões, nas quais são sintetizadas as principais contribuições do estudo.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

FORMAÇÃO SOCIAL COMO PRECURSOR DE GERAÇÕES

Gerações emergem de experiências compartilhadas por grupos de indivíduos nascidos em uma faixa específica de anos, provindas de momentos históricos marcantes para a sociedade como um todo. Estas resultam em memórias coletivas comuns, as quais, segundo Erll (2022), agem como uma "predisposição para o futuro", moldando valores e comportamentos sociais e individuais, sem a necessidade de um processo consciente de rememoração.

Por sua vez, memória coletiva pode ser entendida como uma construção social complexa que emerge das representações compartilhadas do passado entre os membros de um grupo, servindo como um pilar de identidade coletiva ao criar marcos identitários que orientam tanto as percepções pessoais quanto as sociais (Brug & Rekker, 2020; Erll, 2022). Esse conceito abrange processos de ancoragem e objetificação, que, segundo Licata (2022), permitem que elementos históricos sejam transformados em esquemas narrativos recorrentes. Tais esquemas moldam a ação social e favorecem a continuidade cultural entre gerações, promovendo uma coesão que se manifesta em valores e comportamentos partilhados, frequentemente de forma implícita e inconsciente.

A fixação dessas memórias ocorre no denominado período formativo secundário ou de socialização secundária, o qual se situa entre o final da adolescência e o início da fase adulta. Essa é uma etapa marcada por ativo processo de reconstrução da identidade, no qual indivíduos deixam de se orientar predominantemente por referências familiares (socialização primária) e passam a incorporar critérios sociais mais amplos, atravessados por expectativas sociais, discursos culturais e condições estruturais (mercado de trabalho, escolarização prolongada, instabilidade econômica), como autonomia, responsabilidade, inserção no trabalho e projetos futuros (Carneiro et al., 2023; Ingersgaard et al., 2024).

Nesse contexto, experiências marcantes vivenciadas de forma socialmente compartilhada contribuem para a internalização de novos papéis sociais e normas associadas ao mundo adulto, bem como para a fixação de valores entre os membros de uma mesma coorte geracional (Brug & Rekker, 2020; Santos et al., 2024). Embora não haja consenso quanto à delimitação etária desse período, fala-se do intervalo entre 17 e 23 anos, podendo se estender até os 24 ou mesmo até os 30 anos.

EVENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E COORTES GERACIONAIS

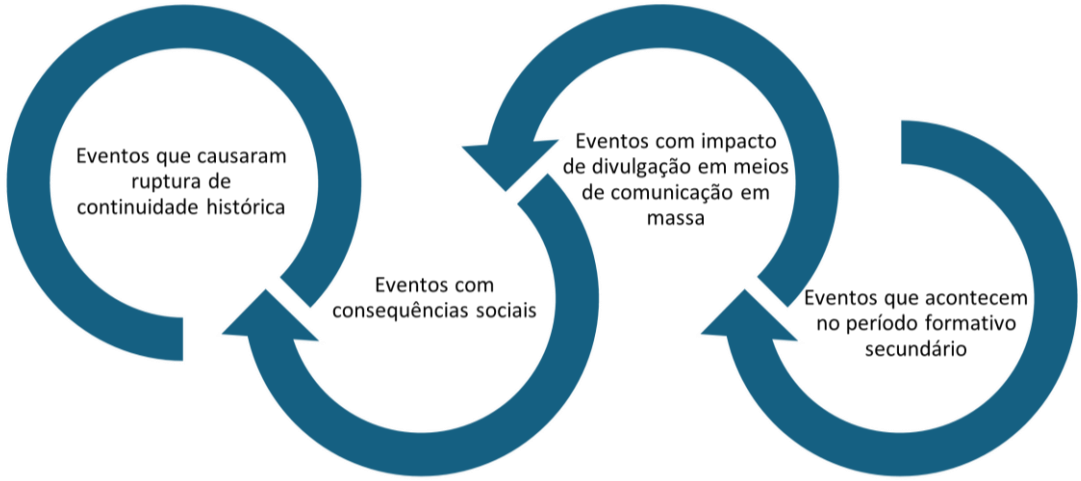
Eventos sócio-históricos possuem potencial formador de gerações quando produzem uma ruptura na continuidade histórica, introduzindo percepção social de "antes" e "depois". Nessas circunstâncias, os indivíduos tendem a reinterpretar o passado e o futuro à luz do evento, reorganizando expectativas, trajetórias de vida e narrativas coletivas. Tratam-se de eventos que geram consequências sociais concretas, como alterações nas condições de acesso a educação, trabalho, mobilidade social, segurança e participação política, e que são vivenciados de forma coletiva e relativamente simultânea, favorecendo a constituição de experiências compartilhadas e memórias coletivas.

Além disso, a formação de coortes geracionais pressupõe a existência de sistemas eficazes de comunicação de massa, capazes de disseminar amplamente o evento e sustentar a construção de interpretações socialmente compartilhadas sobre seu significado e suas consequências. Esses sistemas viabilizam a compreensão social do evento, bem como sua

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

internalização cognitiva e simbólica, processos fundamentais para a consolidação de memórias coletivas e, consequentemente, para a constituição de coortes geracionais (Brug & Rekker, 2020; Carneiro et al., 2023; Schewe & Meredith, 2004). A Figura 1 sintetiza tais características.

Figura 1
Características de eventos com potencial formador de gerações



Fonte: Adaptada de Brug e Rekker (2020), Carneiro et al. (2023) e Schewe e Meredith (2004).

À luz de tais características, é possível compreender que eventos como a Grande Depressão, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Guerra do Vietnã e o ataque ao World Trade Center apresentaram elevado potencial formador de gerações para a sociedade estadunidense, embora nem todos tenham produzido impactos equivalentes em contextos europeus e asiáticos, por exemplo. Por sua vez, a Europa ocidental foi marcada pelas duas grandes guerras e a queda do muro de Berlim, enquanto a América Latina foi fortemente marcada por ditaduras e crises econômicas estruturais, e a Ásia Oriental teve grande impacto da revolução chinesa e do milagre econômico japonês.

Dada a importância de elementos sócio-históricos e culturais para a formação das gerações, Brug e Rekker (2020) e Lyons e Kuron (2014) entendem que gerações se formam em uma localização sócio-histórica específica, sendo inadequado aplicar modelos geracionais de uma sociedade a outra. Essa perspectiva justifica classificações geracionais adaptadas a diferentes culturas, como a chinesa (Egri & Ralston, 2004), malaia (Ting & Run, 2015), mexicana (Fernández-Durán, 2016), sul-africana (Duh & Struwig, 2015) e vietnamita (Cox et al., 2014). Embora Edmunds e Turner (2005) sugiram a existência da "geração global", diante de influências da era moderna (como tecnologia, comunicações e globalização da economia), ainda se defende os contextos sócio-históricos dentro de uma cultura como definidores de gerações.

De forma similar, no contexto brasileiro houve eventos sócio-históricos que representaram quebra de continuidade, tiveram impacto social, foram massivamente comunicados e internalizaram representações cognitivas e simbólicas da realidade em que viveram – especialmente ao acontecerem em períodos formativos. Esses eventos serão pormenorizados na seção a seguir.

EVENTOS BRASILEIROS COM POTENCIAL FORMADOR DE GERAÇÕES

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

A história sociopolítica e econômica brasileira é marcada por eventos sócio-históricos com profundas transformações na sociedade. A compreensão das características pormenorizadas na seção anterior permite um olhar sobre a história sociopolítica e econômica brasileira do século 20 até os primeiros 20 anos do século 21 à luz do seu potencial impacto na formação de coortes geracionais brasileiras. A Tabela 1 sumariza características dos eventos ocorridos nesse período, relevantes para a formação das gerações brasileiras.

Tabela 1
Eventos brasileiros com potencial formador de gerações e suas características

Evento	Ruptura/continuidade histórica	Meios de comunicação em massa	Impactos sociais	Repertório cognitivo e simbólico
Era Vargas	• Consolidação do Estado nacional-desenvolvimentista. • Centralização do poder político. • Pacto social mediado pelo Estado.	• Propaganda estatal. • Narrativas nacionalistas em imprensas controladas.	• Legislação trabalhista e sindicalismo. • Reconfiguração de relações entre Estado, trabalho e cidadania.	• Estado como solucionador de problemas sociais. • Aceitação da autoridade.
Ditadura militar	• Quebra abrupta da democracia. • Suspensão de direitos civis. • Autoritarismo e violência extrema.	• Censura institucionalizada. • Propaganda oficial.	• Redução de liberdades civis, repressão política. • Ampliação das desigualdades. • Desconfiança institucional.	• Alienação. • Silêncio estratégico. • Relação ambígua com o Estado.
Governo Collor	• Primeiro governo eleito por voto direto após a ditadura. • Confisco da poupança. • Instabilidade econômica.	• Papel central da mídia televisiva na imagem presidencial.	• Crise de confiança em instituições políticas.	• Descrédito político. • Ceticismo em relação ao Estado.
Plano Real	• Fim da hiperinflação crônica.	• Narrativa de estabilidade difundida por mídia televisiva.	• Ampliação do consumo e maior previsibilidade econômica.	• Valorização da estabilidade e da racionalidade econômica.
Governos Lula	• Ascensão de governo de origem popular e sindical. • Políticas sociais como produtoras de cidadania.	• Narrativas de inclusão social difundidas por mídias e políticas públicas visíveis.	• Expansão de acesso ao ensino superior. • Redução da pobreza e mobilidade social ascendente.	• Otimismo social e valorização da educação. • Expectativa de continuidade da ascensão social.
Impeachment de Dilma Rousseff	• Crise institucional. • Polarização política intensa. • Interrupção de gestão executiva central do país.	• Centralidade de redes sociais e mídia tradicional na disputa narrativa.	• Reversão de políticas sociais. • Instabilidade econômica. • Incertezas e sobre o futuro político.	• Radicalização identitária e desconfiança institucional.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Eleição de Jair Bolsonaro	• Ascensão de projeto político de extrema direita no Brasil democrático.	• Uso intensivo de redes sociais e desinformação.	• Tensões institucionais e sociais. • Aumento das desigualdades. • Redefinição de políticas ambientais, educacionais e de direitos humanos.	• Polarização moral, intolerância, politização das identidades.
Pandemia de covid-19	• Suspensão abrupta da vida econômica e social. • Redefinição de tempo, trabalho e interações sociais.	• Comunicação em tempo real via mídias digitais. • Exposição massiva e contínua ao evento.	• Insegurança sanitária e econômica. • Reconfiguração do trabalho e da sociabilidade.	• Incerteza crônica, valorização da saúde mental e vulnerabilidade coletiva.

Fonte: Adaptada de Capelato (2019), Santos (2021) e Schewe e Meredith (2004).

Em um cenário internacional marcado pela Grande Depressão e por conflitos de grande escala, Getúlio Vargas chegou ao poder com o apoio da população para enfrentar a crise econômica e a instabilidade política presentes no país ao final da década de 1920. Instituiu um projeto nacional-desenvolvimentista que redefiniu a relação entre Estado e sociedade, resultando em um novo pacto social mediado pelo Estado, especialmente no campo do trabalho, com a institucionalização da legislação trabalhista e a reorganização das formas de cidadania.

No plano econômico, políticas como defesa do café, controle cambial e gestão do déficit público visavam estabilizar a economia e reorganizar a inserção do país no mercado internacional (Marques & Silva, 2018). Paralelamente, o uso intensivo de propaganda estatal, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, contribuiu para a difusão de narrativas nacionalistas e a construção de interpretações socialmente compartilhadas sobre o papel do Estado e da identidade nacional, fortalecendo o nacionalismo e a valorização do Estado como agente central da ordem social.

Os governos que sucederam a Era Vargas deram continuidade ao projeto nacional-desenvolvimentista, promovendo crescimento econômico e modernização da infraestrutura. Contudo, esse processo foi acompanhado pelo aumento da inflação e por desequilíbrios fiscais e externos, agravados pela instabilidade institucional dos governos Jânio Quadros e João Goulart. Em contexto de polarização ideológica e erosão da governabilidade, consolidou-se a ruptura da ordem política, culminando no Golpe Militar de 1964. Este rompeu com a ordem democrática e instituiu um padrão autoritário de governança, intensificado a partir do Ato Institucional n.º 5, em 1968, que suspendeu garantias constitucionais e institucionalizou a repressão política. A censura à imprensa e à produção cultural, aliada à repressão sistemática à oposição, configurou um ambiente de medo e silenciamento social.

Paralelamente, o regime recorreu a estratégias de comunicação massiva e controle da informação, difundindo narrativas oficiais que o apresentavam como uma "revolução democrática" destinada a preservar a ordem diante do comunismo, especialmente durante o chamado "milagre econômico". Nesse contexto, práticas de violência institucional,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

como prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos, produziram efeitos sociais profundos, favorecendo a disseminação do medo, da desconfiança institucional e do silêncio estratégico nas relações sociais e políticas (Castro, 2019; Schewe & Meredith, 2004).

Apesar do crescimento econômico e da expansão industrial, esse período foi marcado pela ampliação das desigualdades sociais e regionais. A partir de meados da década de 1970, a crise econômica fragilizou bases de sustentação do regime, sinalizando seu esgotamento e abrindo caminho para o processo de redemocratização. Ao longo da década de 1980, o esgotamento do modelo econômico e a perda de apoio político intensificaram as pressões pela transição democrática, culminando no fim da ditadura em 1985. Esse processo foi marcado por recessão e hiperinflação, afetando profundamente o cotidiano das famílias e as expectativas de presente e futuro. A ditadura militar e seu desfecho representam um período prolongado de reconfiguração das experiências sociais, políticas e simbólicas da sociedade brasileira, cujos efeitos se estenderam para além do término formal do regime (Rosa, 2022).

Os primeiros anos da redemocratização foram marcados por profundas incertezas econômicas, expressas em prolongado processo de hiperinflação que corroeu salários e comprometeu a capacidade de planejamento econômico na década de 1980 e no início dos anos 1990 (Fernandes et al., 2021; Tullio & Ronci, 1996). Essa experiência contribuiu para a consolidação de disposições coletivas marcadas pela incerteza, desconfiança institucional e valorização da estabilidade econômica. Nesse contexto, Fernando Collor foi eleito como o primeiro presidente por voto direto após a ditadura, representando expectativas da sociedade de renovação política e reorganização econômica, associadas à recuperação do poder de compra e da confiança no Estado (Carvalho, 2003). No entanto, medidas excepcionais do governo Collor, como o bloqueio das poupanças, produziram efeitos imediatos sobre o cotidiano das famílias. A combinação entre choque econômico e crise política culminou no impeachment presidencial em 1992, cristalizando repertórios de desconfiança nas instituições (Andrada, 2018).

Com o impeachment de Collor, Itamar Franco assumiu a presidência. Ao final de seu mandato, anunciou o Plano Real, instaurando novo padrão de estabilidade econômica que redefiniu expectativas sociais, práticas de consumo e formas de planejamento econômico. A nova moeda mostrou-se eficaz na redução imediata da inflação e da pobreza absoluta no curto prazo, ainda que desigual entre regiões e grupos sociais (Azenha & Rodrigues, 2019; Schuhli, 2021). O Real consolidou um novo regime macroeconômico, cujos impactos se estenderam ao longo dos governos subsequentes (Varaschin, 2024). No entanto, manteve assimetrias regionais persistentes, com aumento de níveis de pobreza nas regiões Norte e Nordeste.

Essa disparidade apontou a necessidade de políticas direcionadas a distribuição de renda e enfrentamento das desigualdades estruturais no país, contexto no qual a eleição de Lula, em 2002, representou uma mudança relevante ao articular estabilidade macroeconômica e ampliação das políticas sociais. Conforme Arantes et al. (2017), esse novo arranjo estruturou expectativas duradouras sobre o funcionamento da economia e políticas redistributivas, redefinindo a relação entre Estado, mercado e sociedade.

Nesse sentido, programas como Fome Zero e Bolsa Família impactaram diretamente as condições materiais de vida de milhões de brasileiros, produzindo efeitos duradouros

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

sobre renda, consumo e proteção social (Azenha & Rodrigues, 2019). Paralelamente, avanços no campo educacional, com ampliação do financiamento estudantil, adoção de políticas de cotas e expansão da rede federal de ensino, expandiram o acesso ao ensino superior e às possibilidades de mobilidade social (Marques et al., 2018; Mota, 2019). Tais transformações produziram repertórios simbólicos atrelados à valorização da educação, expectativa de proteção social e confiança na estabilidade econômica.

Contudo, a intensificação das acusações de corrupção dirigidas ao Partido dos Trabalhadores (PT) contribuiu para um processo crescente de polarização política da sociedade brasileira. Enquanto uma parcela da população reconhecia avanços sociais e distributivos promovidos pelos governos petistas, outra passou a interpretar esse projeto político como essencialmente corrupto, mobilizando investigações e denúncias que se articulavam a disputas mais amplas de poder e interesses de classe. Esse ambiente favoreceu a disseminação de desconfiança, antagonismo e erosão da confiança institucional, em um contexto em que a formação da opinião pública tornou-se objeto de disputa entre atores políticos e midiáticos.

Nesse contexto, o impeachment de Dilma Rousseff aprofundou esse quadro, consolidando-se como um marco de ruptura no imaginário político nacional. Conforme Martuscelli (2020), o impeachment extrapolou a dimensão jurídico-formal e tornou-se objeto de intensa disputa interpretativa, simultaneamente legitimado como resposta moralizante à corrupção e denunciado como golpe político contra a soberania do voto. A mídia e os meios de comunicação exerceram papel ativo na conformação da opinião pública, refletindo e produzindo enquadramentos que influenciaram percepções sociais sobre legitimidade, crise e responsabilidade política, contribuindo para a cristalização de repertórios simbólicos duradouros sobre democracia, legalidade e justiça (Moritz & Rita, 2020; Mundim, 2023).

Esse processo intensificou a polarização política, reconfigurou as mediações institucionais e aprofundou a crise de representação política, especialmente ao viabilizar a recomposição de alianças entre Centrão e setores empresariais (Costanzo, 2024). Esse contexto ampliou o descrédito nas instituições e abriu espaço para a legitimação de discursos antissistêmicos e autoritários. Consolidou-se a emergência do denominado populismo de direita ou populismo reacionário (Silva & Rodrigues, 2021). Nesse contexto, o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro foi eleito em 2018, como alternativa antissistêmica diante do descrédito generalizado nas instituições políticas. Sua ascensão expressou uma reação conservadora às políticas redistributivas, à ampliação de direitos e às transformações simbólicas vivenciadas nas décadas anteriores, mobilizando discursos nacionalistas, moralizantes e autoritários, articulados a uma agenda "politicamente autoritária, socialmente conservadora e economicamente neoliberal" (Silva & Rodrigues, 2021, p. 87).

Ativo na política desde 1989, Bolsonaro construiu sua trajetória por meio de sucessivas trocas e expulsões partidárias, além de pronunciamentos recorrentes marcados por confrontação institucional e desprezo pelas normas do debate democrático, amplamente difundidos pela mídia e pelas redes sociais (Brito & Lara, 2023; Ezequiel & Valle, 2023). Conforme argumentam Marques e Carlos (2025), esse padrão discursivo estruturou uma forma específica de governar, baseada na permanente produção de antagonismos, deslegitimação de instituições e construção simbólica de inimigos internos. Sua gestão aprofundou esse padrão ao adotar direcionamentos que impactaram negativamente

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

direitos trabalhistas, o Sistema Único de Saúde (SUS), a educação pública, a previdência social e as políticas de saúde, enquanto normalizou discursos autoritários, anticientíficos e excludentes (Nogueira, 2023; Santos & Araújo, 2024).

Esse padrão de governança encontrou na pandemia de covid-19 um terreno fértil para sua intensificação e consolidação. Conforme analisa Silva (2025), além de enfrentada de forma negligente, a crise sanitária foi ideologizada e convertida em instrumento de mobilização política, com discursos de negação da gravidade da doença, deslegitimação da ciência, relativização da morte e ataque a instituições sanitárias e democráticas.

Além dos impactos político-institucionais, a pandemia de covid-19 produziu uma profunda ressignificação das noções coletivas de risco, cuidado e vulnerabilidade. Conforme Lerner & Aisengart (2024), a crise sanitária foi um momento em que a incerteza sobre vida e morte passou a permear decisões sobre trabalho, circulação, relacionamentos e interações sociais, tornando o risco um elemento constitutivo das experiências de vida. Nesse processo, as noções de cuidado assumiram múltiplas valências, desde estratégias de proteção individual até debates públicos sobre a função do Estado e dos sistemas de saúde. Tal cenário alterou perspectivas de vida e morte; situação econômica; relações interpessoais e consigo mesmo; posicionamentos em relação a trabalho, carreira, família e saúde, configurando uma experiência histórica compartilhada com elevado potencial formador de gerações.

À luz desse percurso histórico, determinados eventos sociopolíticos podem ser compreendidos como experiências socialmente compartilhadas capazes de reorganizar expectativas, valores e disposições subjetivas ao longo do tempo. Consideradas as especificidades do contexto brasileiro, essas experiências oferecem bases analíticas para a proposição de gerações constituídas a partir de marcos sócio-históricos específicos, e não exclusivamente por critérios etários. A seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados para operacionalizar essa proposta, articulando eventos históricos, trajetórias sociais e experiências geracionais no Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. O desenho metodológico adotado tomou como referência os estudos de Ting e Run (2015), Egri e Ralston (2004), Fernández-Durán (2016) e Duh e Struwig (2015), os quais compreendem as gerações como coortes socialmente construídas a partir da vivência compartilhada de eventos históricos significativos durante períodos formativos da vida.

Partindo desses referenciais, o desenho da pesquisa estruturou-se em duas etapas complementares. A primeira consistiu em uma análise histórico-sociológica e contextual de eventos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Brasil ao longo dos séculos 20 e 21, com potencial formador de gerações. Para cada evento identificado, buscou-se compreender padrões culturais, normativos e de socialização, bem como formas de autoridade, valores e expectativas predominantes nos respectivos períodos formativos. Essa análise permitiu delinear uma classificação preliminar de períodos geracionais, fundamentada na literatura sobre socialização e formação de disposições subjetivas ao longo do curso de vida, além da construção de categorias analíticas acerca dos marcos geracionais no contexto brasileiro.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

A segunda etapa correspondeu à coleta de dados empíricos qualitativos, realizada entre 20 de fevereiro e 7 de abril de 2020, por meio da plataforma *SurveyMonkey*. As unidades de observação foram relatos de indivíduos pertencentes a diferentes coortes etárias, enquanto as unidades de análise corresponderam aos eventos sociopolíticos mencionados e sentidos a eles atribuídos, interpretados à luz dos processos de socialização secundária. Os participantes foram convidados por e-mails pessoais e profissionais, bem como por redes sociais, totalizando 452 respostas válidas de indivíduos nascidos entre 1946 e 2002.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma questão aberta, elaborada com o objetivo de evocar memórias autobiográficas e coletivas relacionadas a eventos históricos vivenciados pelos participantes durante períodos considerados formativos. A participação foi voluntária e condicionada à concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que informava objetivos da pesquisa, garantia de anonimato aos respondentes, possibilidade de desistência a qualquer momento e tratamento agregado dos dados, resguardando a identidade dos participantes.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016). As respostas foram categorizadas segundo: (a) ano de nascimento; (b) eventos mencionados; e (c) justificativas atribuídas à relevância desses eventos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral do material, visando identificar padrões de recorrência e compreender quais memórias coletivas permaneceram marcadas entre os diferentes grupos etários. Com base na frequência de citação dos eventos e análise qualitativa das justificativas, identificaram-se períodos de socialização secundária predominantes, utilizados como critério para a delimitação dos marcos temporais das gerações propostas. Por fim, a classificação geracional elaborada foi submetida à apreciação de quatro indivíduos pertencentes a diferentes gerações, objetivando verificar a aderência entre eventos e características atribuídos, e experiências vividas.

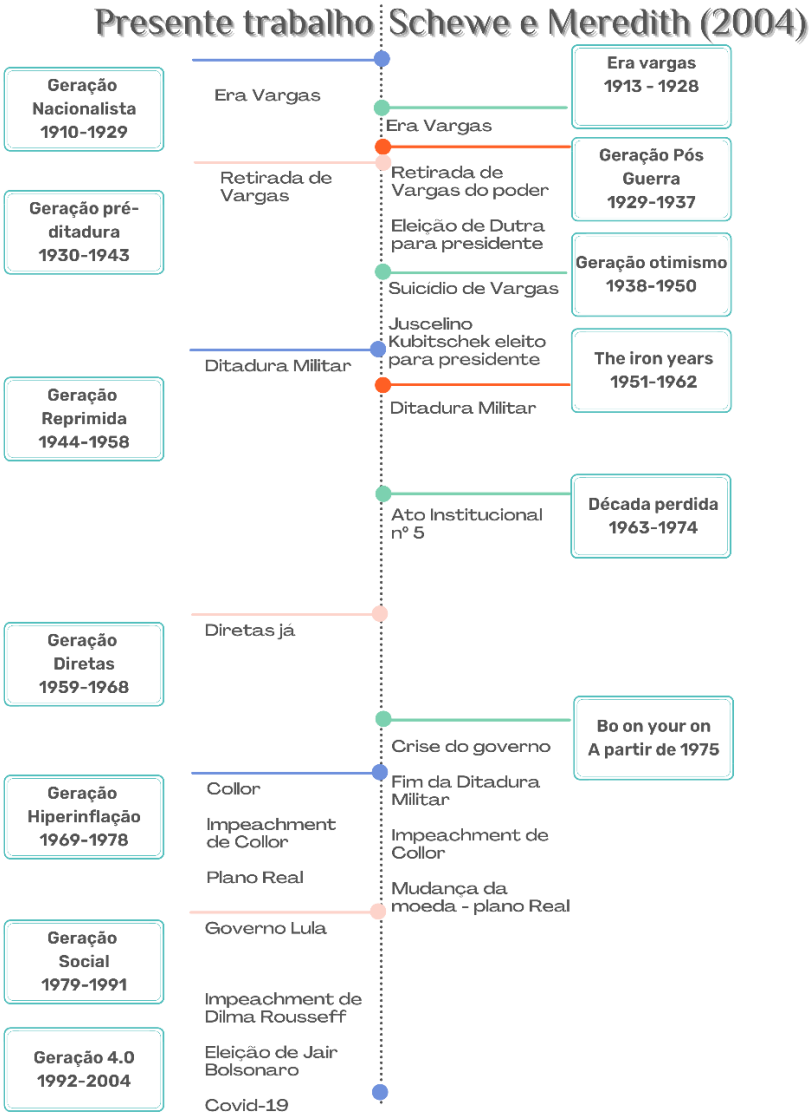
PROPOSTA DE COORTES DE GERAÇÕES BRASILEIRAS: EVENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Os eventos históricos analisados produziram impactos socialmente diferenciados, tanto em função do momento do ciclo de vida em que foram vivenciados quanto das condições sociais e culturais predominantes em cada período. Em muitos casos, indivíduos foram expostos a mais de um evento potencialmente formador em proximidade temporal, produzindo experiências sobrepostas e sentidos ambíguos. Por essa razão, a classificação proposta considera não apenas a ocorrência dos eventos e os períodos de socialização secundária, mas também o contexto social mais amplo no qual se deu a formação primária e secundária dos indivíduos, incluindo padrões de organização social, valores dominantes e formas de autoridade vigentes.

A Figura 2 apresenta a comparação da classificação proposta por este artigo com a classificação de Schewe e Meredith (2004), que utilizaram eventos políticos para propor uma classificação de gerações brasileiras. Observa-se, contudo, que determinados eventos não produziram rupturas suficientes para a constituição de novas coortes geracionais. Nesse sentido, este estudo propõe uma classificação alternativa e atualizada de gerações brasileiras.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Figura 2
Comparação da presente classificação de gerações brasileiras versus proposta de Schewe e Meredith (2004)



Fonte: Elaborada pelos autores.

A geração Nacionalista (nascidos entre 1910 e 1929) teve sua socialização secundária marcada pela Era Vargas, período caracterizado pela centralização do poder político, construção de um projeto nacional-desenvolvimentista e forte intervenção do Estado na organização da vida social. Durante a infância, predominavam padrões rígidos de socialização primária, nos quais se valorizava o respeito à autoridade, aos mais velhos, às normas sociais e aos valores morais, bem como códigos formais de conduta e vestimenta (Biasoli-Alves, 1997).

Durante o governo de Vargas, a intensa propaganda estatal e exaltação de símbolos e valores nacionais contribuíram para a construção de uma percepção do Estado como agente central de ordem, proteção e solução dos problemas sociais, consolidando-se uma disposição favorável à autoridade, à disciplina e à obediência institucional, bem como um forte sentimento nacionalista. Observa-se, ainda, a valorização da experiência vivida em detrimento da acumulação material, refletindo um padrão de socialização orientado mais pelo "ser" do que pelo "ter".

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

A geração Pré-Ditadura (1930-1943) vivenciou sua infância e adolescência sob os impactos da Segunda Guerra Mundial, marcados por escassez e aumento dos preços de bens essenciais (Barone, 2013) e efeitos prolongados pela crise política associada à saída de Vargas do poder, em 1945. Sua socialização secundária ocorreu em contexto de instabilidade social e institucional, precursores do regime militar. A escassez material e a insegurança econômica, resultantes do conflito internacional e da crise interna, contribuíram para a consolidação de disposições orientadas à contenção e adaptação a contextos de incerteza.

A geração Reprimida (1944-1958), majoritariamente filhos da Geração Nacionalista, teve sua socialização primária marcada por padrões educativos centrados em controle do comportamento, disciplina e conformidade social (Biasoli-Alves, 1997). A progressiva retração das interações públicas infantis e a centralidade do ambiente doméstico, intensificada pela difusão da televisão a partir da década de 1950, reforçaram a segmentação etária e a redução das trocas intergeracionais.

Sua socialização secundária ocorreu sob a vigência da ditadura militar, especialmente após o AI-5, em contexto de repressão política e cerceamento das liberdades civis. Diferentemente das gerações contemporâneas a esta em países centrais, marcadas por maior liberalização cultural, essa geração foi formada sob violência institucional e autoritarismo, contribuindo para disposições geracionais associadas a contenção, silêncio estratégico e adaptação a ambientes repressivos (Schewe & Meredith, 2004).

A geração Diretas (1959-1968) nasceu durante o regime militar e vivenciou, na infância, o período de maior endurecimento da ditadura, marcado por repressão política, censura e restrição das liberdades civis. Sua socialização secundária, contudo, ocorreu no contexto de enfraquecimento do regime, especialmente no final do AI-5, com mobilização social em torno do "Diretas Já" e da redemocratização. Essa transição entre repressão e abertura produziu experiências ambivalentes, combinando o legado do autoritarismo com a emergência da participação política como força de transformação social.

Paralelamente, essa geração enfrentou sucessivas crises econômicas que se intensificaram no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, impactando profundamente as condições de vida e as expectativas de futuro. Nesse cenário, consolidou-se a crença no engajamento coletivo e na ação política como resposta às crises estruturais, ao mesmo tempo que se manteve a expectativa de que o Estado desempenhasse papel central na mediação e solução dos problemas sociais. Essas vivências contribuíram para disposições orientadas à valorização da participação política, mobilização popular e representatividade institucional.

A geração Hiperinflação (1969-1978) vivenciou sua socialização secundária em um contexto de intensa instabilidade econômica, marcado pelo agravamento da crise herdada da ditadura militar, pela hiperinflação persistente, pelo fracasso do Plano Collor e seu impeachment, seguidos pelos primeiros efeitos estabilizadores do Plano Real. Esses eventos afetaram diretamente o poder aquisitivo das famílias, as condições de consumo, o mercado de trabalho e as possibilidades de planejamento de longo prazo, configurando um ambiente de imprevisibilidade econômica e fragilização da confiança institucional.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Esse contexto contribuiu para a formação de disposições mais cautelosas e pragmáticas, com valorização da estabilidade econômica e maior aversão a riscos associados a mudanças abruptas (Carvalho, 2003; Schuhli, 2021). Paralelamente, essa geração acompanhou a intensificação da globalização, com a entrada de produtos estrangeiros e expansão da internet, ampliando o acesso à informação e reconfigurando práticas educacionais e de consumo. Observa-se a combinação entre busca por segurança material e abertura pragmática às transformações tecnológicas e globais.

A geração Social (1979-1991) vivenciou sua socialização secundária em um contexto de relativa estabilização econômica, expansão de políticas sociais e ampliação do acesso ao ensino superior, especialmente durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, favorecendo percepções de mobilidade social, inclusão e ampliação de oportunidades. Nesse período, consolidaram-se discussões anteriormente marginalizadas, como feminismo, racismo, sexualidade e desigualdade social, incorporadas às disposições dessa geração como pautas legítimas de participação social.

Somado a isso, a intensificação da globalização e a rápida expansão das tecnologias de comunicação ampliaram o acesso à informação e reduziram distâncias simbólicas, ao mesmo tempo que o aumento da violência urbana e a crescente mediação digital das interações sociais impactaram o convívio presencial e a sensação de segurança cotidiana. Essas condições contribuíram para disposições orientadas à valorização da diversidade e da inclusão social, acompanhadas por uma percepção mais complexa e ambivalente da vida social contemporânea.

Por fim, a geração 4.0 (1992-2005) teve sua socialização secundária marcada pela sobreposição de transformações sociopolíticas, econômicas e tecnológicas em curto intervalo temporal. Eventos como o impeachment de Dilma Rousseff, os governos subsequentes, a intensificação da polarização política e, de forma particularmente significativa, a pandemia de covid-19, vivenciados em período de socialização secundária, produziram experiências marcadas pela coexistência de expectativas de autonomia e trajetórias instáveis, especialmente no que se refere ao trabalho, à participação política e às perspectivas de futuro.

Esses processos foram acompanhados por rápidas mudanças no mundo do trabalho, com redefinição de profissões, novas exigências de qualificação e fragilização das garantias trabalhistas tradicionais. Tal contexto contribuiu para a formação de disposições mais flexíveis e adaptativas, associadas à familiaridade com tecnologias digitais e à reconfiguração constante de trajetórias profissionais, as quais coexistem com sentimentos de incerteza quanto à estabilidade econômica, aos direitos sociais e às condições de planejamento de longo prazo.

A classificação geracional proposta constitui um modelo analítico sobre a formação de coortes no contexto brasileiro. A etapa seguinte confronta essa proposição com dados empíricos, examinando eventos marcantes relatados pelos participantes e os sentidos a eles atribuídos, buscando avaliar sua permanência como referências socialmente significativas nas trajetórias individuais e geracionais.

DADOS EMPÍRICOS: GERAÇÕES E EVENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS BRASILEIROS

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

A pesquisa empírica contou com 452 participantes, dos quais 60,4% eram do sexo feminino, 32,3% nasceram na década de 1980 e 48% possuíam mestrado ou doutorado. A análise dos relatos indicou que os eventos considerados marcantes foram vivenciados predominantemente durante o período de socialização secundária. A leitura sistemática das respostas revelou a presença de eventos compartilhados por mais de uma geração, associados, contudo, a memórias coletivas distintas, bem como eventos com maior incidência em gerações específicas. As Tabelas 2 e 3 apresentam os eventos mais frequentemente mencionados, tanto no conjunto dos respondentes quanto segmentados por geração.

Tabela 2
Eventos sócio-históricos mais mencionados na pesquisa empírica

Evento	Frequência
Governo Lula	94
Pandemia covid	67
Eleição e governo de Bolsonaro	59
Diretas Já	55
Impeachment de Dilma	50
Queda das torres gêmeas	45
Ditadura militar	25
Eleição e impeachment de Collor	25
Avanço tecnológico e internet	24
Plano Real	24
Queda do muro de Berlim	18

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3
Eventos sócio-históricos brasileiros mais mencionados por geração

Geração	Eventos mais citados	Frequência
Reprimida	Ditadura militar	11
	Diretas Já	4
Diretas	Diretas Já	23
	Ditadura militar	9
Hiperinflação	Diretas Já	23
	Eleição e impeachment de Collor	16
	Governo Lula	19
Social	Governo Lula	61

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

	Pandemia de covid	33
	Queda das torres gêmeas	27
	Impeachment de Dilma	26
4.0	Eleição e impeachment de Dilma	13
	Pandemia de covid/isolamento	15
	Eleição de Bolsonaro e expansão da extrema direita	14

Fonte: Dados da pesquisa.

Entre os eventos mais citados, predominam acontecimentos sócio-históricos ocorridos no Brasil, especialmente aqueles vivenciados durante os períodos formativos da vida adulta. Observa-se, entretanto, que eventos internacionais, como a queda do muro de Berlim e os atentados de 11 de setembro, embora menos frequentes, também mobilizaram memórias sociais relevantes, associadas a valores pessoais, sistemas sociopolíticos e interdependência global. Ainda, o avanço tecnológico e a difusão da internet foram recorrentemente associados a transformações nas relações sociais, formas de comunicação e na organização da vida cotidiana.

Entre os eventos mais mencionados em cada geração, verifica-se que alguns assumem centralidade distinta conforme o período de socialização. O “Diretas Já”, por exemplo, foi mencionado em proporções semelhantes pelas gerações Diretas e Hiperinflação. Especificamente, enquanto para a primeira o movimento é associado à esperança e mobilização coletiva, a segunda o vincula aos eventos posteriores, como Constituição de 1988, crise econômica, eleição e impeachment de Collor e estabilização da moeda a partir do Plano Real.

Ao analisar pormenores de cada geração proposta, a geração Reprimida (nascidos entre 1944 e 1958), aqui representada por 31 participantes, identifica recorrentemente o golpe militar de 1964 e a subsequente ditadura como eventos centrais na conformação de suas visões de mundo. Embora parte dos respondentes fosse criança no momento do golpe, suas trajetórias de socialização secundária ocorreram predominantemente sob a vigência da ditadura militar, especialmente em seu período de maior repressão, como evidenciam os discursos apresentados no Tabela 4.

Tabela 4
Respostas de participantes da geração Reprimida

Respondente/ano de nascimento	Discurso
R.981/1952	O período da ditadura militar foi definidor para minha formação política e cidadã e para consolidar minha visão de mundo e da importância de participar da luta por um país e um mundo mais justo e igualitário.
R.713/1955	O golpe militar de 1964. Eu era criança e vi meu pai ser preso por lutar por igualdade de direitos no Brasil. Isso me fez lutar também contra a injustiça social e o capitalismo desumano.
R.952/1955	Situação política do Brasil nos anos 70. Muita desconfiança nos relacionamentos interpessoais no ambiente público. Impacto: enfraquecimento da confiança interpessoal, agressividade nos espaços públicos.

Fonte: Dados da pesquisa.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Os relatos indicam que a repressão política atuou tanto como estruturante da formação política e cidadã quanto como fonte de efeitos duradouros de desconfiança nas relações interpessoais e institucionais. Observam-se narrativas de luta por justiça social e experiências marcadas por medo, silenciamento e fragilização da confiança social, especialmente em espaços públicos como universidades e ambientes profissionais.

Esses achados podem ser compreendidos à luz de trajetórias de socialização que articularam padrões educativos centrados no controle do comportamento, na disciplina e na conformidade social (Biasoli-Alves, 1997) durante a infância, e uma socialização secundária vivenciada no período mais violento da ditadura militar. Tal combinação contribuiu para a constituição de uma memória coletiva marcada pela repressão política, restrição de direitos civis e disseminação do medo nas interações sociais.

Por sua vez, a geração Diretas (nascidos entre 1959 e 1968), aqui representada por 69 participantes, citou com maior frequência o "Diretas Já" como evento marcante, associando-o à redemocratização, à experiência ativa de participação política e à construção de pertencimento coletivo. Em contraste com a geração anterior, cujas memórias enfatizam repressão, medo e silenciamento, os relatos dessa geração destacam a emergência da esperança e a percepção da ação coletiva como propulsora de transformação social. Alguns desses sentidos são ilustrados nos discursos apresentados na Tabela 5.

Tabela 5
Respostas de participantes da geração Diretas

Respondente/ano de nascimento	Discurso
R.1014/1962	Diretas Já. Mudou minha forma de ver e pensar as coisas, acreditar em mudanças, indo num sentido totalmente contrário daquele em que fui criada.
R.56/1964	Democratização. O país se renovou, a esperança por dias melhores voltou. Me senti mais livre para falar, me comportar, me expressar de uma forma geral. Antes tudo era muito controlado e o medo era uma constante.
R.386/1964	Em 1974 meu pai foi perseguido por ser funcionário público e não se filiar ao partido do governo. Mudamos de estado. Sofremos. Vivi a opressão. Com o fim do regime militar, poder expor minhas [ideias] sem medo de ser reprimida, foi uma experiência interessante. As duas experiências me ensinaram a valorizar a liberdade de expressão.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos apresentados no Tabela 5 evidenciam que, embora esses participantes tenham vivenciado a infância sob o contexto repressivo da ditadura militar, sua socialização secundária ocorreu em um período de enfraquecimento do regime autoritário, marcado pela intensificação da mobilização popular e pela ampliação gradual das liberdades civis. Nesses discursos, o movimento Diretas Já emerge como uma memória coletiva associada à ruptura com padrões anteriores de controle e silenciamento, à experiência de liberdade de expressão e à emergência da esperança como horizonte político. Observa-se que tais vivências são frequentemente narradas como processos de aprendizagem política e cidadã, nos quais a participação social passa a ser percebida como possibilidade concreta de mudança, distinguindo-se dos sentidos mobilizados pela geração Reprimida, para a qual o mesmo evento permanece fortemente associado à superação da violência institucional e à recuperação de direitos civis básicos.

Os 99 participantes da geração Hiperinflação (nascidos entre 1969 e 1978) destacaram a eleição e o impeachment de Fernando Collor, a retenção da poupança e o Plano Real,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

associados a impactos diretos no cotidiano familiar, consumo, possibilidades de planejamento e percepção de segurança material. Ainda que o Diretas Já seja mencionado por alguns respondentes, ele aparece majoritariamente articulado a eventos posteriores, citados como marcantes. A Tabela 6 apresenta respostas representativas dos discursos dessa geração.

Tabela 6
Respostas de participantes da geração Hiperinflação

Respondente/ano de nascimento	Discurso
R.363/1974	Década de 80 hiperinflação, desvalorização da moeda. Crise e escassez de alimentos.
R.368/1971	Eleições diretas e plano real. Representou o fim do poder absoluto sobre os brasileiros, e quão ruim foi a herança econômica deixada pela ditadura e a necessidade de aperto nas contas para o país ter estabilidade econômica.
R.920/1977	Em minha infância e adolescência lembro das crises dos governos Sarney e Collor, sem acesso a comida, roupas, eletrodomésticos, brinquedos, eventos culturais. A poupança presa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos indicam que esses participantes vivenciaram a infância em um período de enfraquecimento do regime militar e mobilização política em torno das Diretas Já, simultaneamente à intensificação da crise econômica iniciada na década de 1970 e agravada ao longo dos anos 1980, com taxas inflacionárias elevadas e recorrentes episódios de escassez (Fernandes et al., 2021; Rosa, 2022). A socialização secundária, por sua vez, ocorreu em meio à frustração das expectativas associadas ao governo Collor e, posteriormente, à reorganização da vida econômica promovida pelo Plano Real.

As justificativas apresentadas revelam experiências marcadas por imprevisibilidade econômica e fragilização da confiança institucional. Diferentemente das gerações anteriores, nas quais eventos políticos mobilizam sentidos de repressão ou engajamento coletivo, os relatos da geração Hiperinflação enfatizam a necessidade de adaptação constante e estratégias práticas de sobrevivência econômica. Instabilidade monetária, perda recorrente de recursos e dificuldade de planejamento de longo prazo emergem como elementos centrais na constituição de suas memórias coletivas. Ainda, o Plano Real emerge como contraste ao referido cenário, associado à possibilidade de reorganização do cotidiano e planejamento futuro. Em conjunto, esses achados apontam para a formação de disposições geracionais orientadas a cautela, pragmatismo e valorização da estabilidade material.

A geração Social (1979-1991) menciona, nos relatos dos 187 respondentes, experiências associadas ao Plano Collor, à retenção da poupança e à implementação do Plano Real, predominantemente vivenciadas na infância e mediadas pelo impacto direto na vida familiar. Entretanto, sua socialização secundária ocorreu em um contexto de relativa estabilização econômica e de expansão de políticas públicas voltadas à inclusão social, especialmente durante os governos Lula e Dilma Rousseff. Os participantes associam eventos como a ampliação do acesso ao ensino superior, programas sociais e consolidação da estabilidade monetária a percepções de mobilidade social, aumento de oportunidades e reconhecimento de direitos historicamente marginalizados (Azenha & Rodrigues, 2019; Marques et al., 2018). Alguns desses relatos são apresentados na Tabela 7.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Tabela 7
Respostas de participantes da geração Social

Respondente/ano de nascimento	Discurso
R.799/1983	O golpe de Collor. Eu era criança, mas senti na pele o que era ter uma condição financeira boa e ir para uma situação difícil.
R.1146/1987	Eleição PT nos anos 2000. Acesso e oportunidade de melhoria de vida e estudo. Fui contemplada com bolsa ProUni, primeira da família a fazer faculdade. O salário da minha mãe, empregada doméstica, melhorou e consequentemente as nossas condições de vida.
R.996/1985	Presidente Lula. Significou esperança na melhoria do país. Estava terminando o segundo grau, sem perspectiva de vida. Não tinha emprego em vista e vagas em Universidades públicas eram escassas. Parece que não estava equivocado com o sentimento de esperança.
R.650/1987	Posse de Lula, eu tinha 16 anos. Chorei bastante com meus pais na sala. Mainha dizia que a nossa vida ia mudar, tinha chegado a hora do pobre vencer. E chegou. Nos 10 anos seguintes, já estava formada, atuando na minha área e prestes a tomar posse em concurso público.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os discursos do Tabela 7 evidenciam que os governos do PT são predominantemente lembrados pelos avanços sociais e pelas possibilidades concretas de ascensão educacional e profissional, especialmente entre indivíduos oriundos de famílias de baixa renda. A experiência de melhoria das condições de vida, acesso à universidade e inserção no mercado de trabalho qualificado emerge como elemento central da memória coletiva dessa geração, frequentemente associada a sentimentos de esperança, pertencimento e reconhecimento social.

Paralelamente, observa-se que a ampliação do acesso a espaços educacionais, comunicacionais e de participação pública favoreceu a emergência e a legitimação de debates sobre feminismo, racismo, sexualidade e desigualdade social, incorporados como pautas centrais de identidade coletiva e engajamento social. Evidencia-se que a geração Social apresenta disposições orientadas à valorização da diversidade, da inclusão e da articulação entre demandas individuais e coletivas. Seus relatos refletem uma percepção mais complexa da vida social, na qual avanços institucionais e tecnológicos coexistem com novas formas de insegurança e tensão social. O impeachment de Dilma Rousseff, embora presente em algumas narrativas, assume maior centralidade analítica na geração subsequente, sendo frequentemente mobilizado como ameaça à democracia e aos espaços de participação feminina.

Por sua vez, os 66 respondentes da geração 4.0 (nascidos entre 1992 e 2004) mencionaram experiências associadas a um conjunto de eventos sociopolíticos e sanitários vivenciados em curto intervalo temporal, que provocaram uma ruptura do status quo e da continuidade histórica. O evento citado com maior frequência é a pandemia de covid-19, associada ao medo e às mudanças impostas pelo isolamento social, bem como às incertezas quanto ao futuro. Soma-se a esse contexto o impeachment de Dilma Rousseff, a polarização política, a ascensão da extrema direita e a eleição de Jair Bolsonaro, compreendidos como eventos politicamente interligados e marcadores de instabilidade institucional com forte impacto na sociedade. Alguns desses discursos são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8
Respostas de participantes da geração 4.0

Respondente/ano de nascimento	Discurso

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

R.227/1995	Governos de direita no poder, sob pauta voltada aos costumes tradicionais. Senti um medo que nunca tinha experimentado, por ter nascido num mundo essencialmente democrático.
R.746/1992	Pandemia. As pessoas se viram obrigadas a se distanciarem pelo bem de todos.
R.182/1997	Corona Vírus. Há uma ameaça eminente de um vírus que ataca principalmente a população mais idosa ao redor do mundo, e uma ameaça acerca da crise econômica que provavelmente o mundo sofrerá após os "isolamentos" sociais cessarem.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os relatos evidenciam que tais eventos mobilizam percepções de ameaça, insegurança e vulnerabilidade social, tanto no plano individual quanto no coletivo. As memórias coletivas dessa geração organizam-se em torno de inquietações associadas à fragilização da democracia, à intolerância política e moral e à ampliação da vulnerabilidade social. Essas vivências contribuem para a constituição de disposições geracionais marcadas pela familiaridade com ambientes de incerteza, percepção ampliada de risco e níveis elevados de ansiedade, estabelecendo uma relação distinta das demais gerações com desejos, bem-estar, projetos de vida e trajetórias pessoais, familiares e profissionais. Considerando que a coleta de dados foi encerrada em 7 de abril de 2020, quando a pandemia ainda estava em curso, compreende-se a geração 4.0 como uma coorte em formação, cujas disposições seguem sendo reconfiguradas à medida que esses eventos continuam a produzir efeitos sobre suas trajetórias.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa propõe uma classificação geracional brasileira, baseada em memórias coletivas resultantes de eventos sócio-históricos brasileiros marcantes, desde a Era Vargas até a covid-19. Foram identificadas sete gerações: Nacionalista, Pré-Ditadura, Reprimida, Diretas, Hiperinflação, Social e 4.0. Tal proposta combinou levantamento da literatura sobre eventos com grande repercussão social e perspectivas de pessoas que viveram esses eventos em períodos formativos específicos. Foi possível ratificar gerações como uma construção social, histórica e cultural e, dessa forma, concepções iniciais de características geracionais específicas da sociedade brasileira.

Os resultados aqui dispostos apresentam contribuições à literatura de gerações e de campos que tangem a compreensão do indivíduo, seu comportamento e sua interação com o meio social, como psicologia, sociologia, antropologia e gestão. Além disso, a pesquisa atualiza o estudo de Schewe e Meredith (2004), não validado empiricamente e decorridos 18 anos da sua publicação. Após o referido estudo, duas novas gerações foram identificadas, abrindo caminhos para novas interpretações e estudos validarem e aprimorarem a classificação proposta. Adicionalmente, entender o que caracteriza as gerações possibilita uma assimilação mais ampla da sociedade, possibilitando que os diversos setores da sociedade desenvolvam experiências sociais, meios de trabalho e socialização mais harmônicos, bem como comunicação e direcionamentos mais assertivos. Além disso, toda atividade cuja setorização por grupos de idades ou gerações for importante será beneficiada com os achados desta pesquisa.

Reconhece-se que uma limitação que instiga novas pesquisas é um desequilíbrio na quantidade de respondentes por geração, especialmente os mais velhos. Sugere-se abordagens híbridas, presenciais e virtuais, para que estudos futuros alcancem maior diversidade amostral. Indicam-se, ainda, estudos que validem estatisticamente a classificação proposta, bem como estudos a partir de construtos voltados para a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

compreensão do indivíduo na sociedade e no trabalho, como valores pessoais, valores relativos ao trabalho, comportamentos e vínculos organizacionais e com o trabalho. Soma-se a essa limitação o advento da pandemia de covid-19, ainda no ápice durante a coleta de dados. Embora global, foi vivida de forma singular no Brasil, influenciada pelo contexto político e destacando especificidades culturais e históricas. Esse evento sugere que a próxima geração brasileira terá características próprias, reforçando a importância de estudos que considerem particularidades locais na análise de dinâmicas geracionais.

REFERÊNCIAS

Andrada, A. S. F. (2018). Quem, afinal, apoiou o Plano Collor? *Brazilian Journal of Political Economy*, *38*(4), 781-799. https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2713

Arantes, F., Lopreato, F. L., & Santos, F. (2017). O novo consenso em macroeconomia no Brasil: a política fiscal do Plano Real ao segundo governo Lula. *Revista de Economia Contemporânea*, *21*(3), 1-34. https://doi.org/10.1590/198055272131

Azenha, A., Neto, & Rodrigues, R. (2019). Crescimento econômico nos governos FHC e Lula. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, *25*(53), 243-274. https://doi.org/10.5335/rtee.v25i53.9484

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.

Barone, J. (2013). *1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida*. Nova Fronteira.

Biasoli-Alves, Z. M. M. (1997). Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. *Temas em Psicologia*, *5*(3), 33-49. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300005

Brito, C. L., & Lara, G. M. P. (2023). Elementos de messianismo em pronunciamentos de Jair Bolsonaro. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, *39*(3), 1-28. https://doi.org/10.1590/1678-460x202339356744

Brug, W. van der, & Rekker, R. (2020). Dealignment, realignment and generational differences in the Netherlands. *West European Politics*, *44*(4), 1-26. https://doi.org/10.1080/01402382.2020.1774203

Capelato, M. H. (2019). O Estado Novo: o que trouxe de novo? In J. Ferreira & L. de A. N. Delgado (Eds.), *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)* (Vol. 2, pp. 103-137). Civilização Brasileira.

Carneiro, M. R., Souza, L. L. F., & Saldanha, J. A. V. (2023). Quando se formam preferências levadas por toda a vida? Evidências dos efeitos de coortes geracionais. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, *16*(9), 14154-14182. https://doi.org/10.55905/revconv.16n.9-019

Carvalho, C. E. (2003). O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção? *Economia, 4*(2), 283-331. https://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p283_331.pdf

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Castro, D. A., Neto. (2019). Ditadura militar, propaganda e otimismo no Brasil dos anos 1970. *Revista Trilhas da História, 8*(16), 72-96. https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/7829

Costanzo, D. (2024). Centrão e empreiteiras no impeachment de Dilma Rousseff. *Caderno CRH*, *37*, e024017. https://doi.org/10.9771/ccrh.v37i0.58693

Cox, A., Hannif, Z., & Rowley, C. (2014). Leadership styles and generational effects: examples of US companies in Vietnam. *The International Journal of Human Resource Management, 25*(1), 1-22. https://doi.org/10.1080/09585192.2013.778311

Duh, H., & Struwig, M. (2015). Justification of generational cohort segmentation in South Africa. *International Journal of Emerging Markets*, *10*(1), 89-101. https://doi.org/10.1108/IJOEM-08-2012-0078

Edmunds, J., & Turner, B. S. (2005). Global generations: social change in the twentieth century. *The British Journal of Sociology, 56*(4), 559-577. https://doi.org/10.1111/j.1468-4446.2005.00083.x

Egri, C. P., & Ralston, D. A. (2004). Generation cohorts and personal values: a comparison of China and the United States. *Organization Science, 15*(2), 133-257. https://doi.org/10.1287/orsc.1030.0048

Erll, A. (2022). The hidden power of implicit collective memory. *Memory, Mind & Media*, *1*, e14. https://doi.org/10.1017/mem.2022.7

Ezequiel, V. de C., & Valle, M. R. (2023). Do discurso do ódio à violência consumada: "Fuzilar a petralhada!". *Revista de Estudos Universitários - REU, 49*, e023003. https://doi.org/10.22484/2177-5788.2023v49id5169

Fernandes, A. J., Arbugeri, M., & Formiga, N. (2021). The brazilian economy in the 1980s: the lost decade or wins? The consequences of the external debt crisis, inflation and the state crisis. *International Journal for Innovation Education and Research*, *9*(6), 173-184. https://doi.org/10.31686/ijier.vol9.iss6.3165

Fernández-Durán, J. J. (2016). Defining generational cohorts for marketing in Mexico. *Journal of Business Research, 69*(2), 435-444. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2015.06.049

Harari, T. T., Sela, Y., & Bareket-Bojmel, L. (2023). Gen Z during the COVID-19 crisis: a comparative analysis of the differences between Gen Z and Gen X in resilience, values and attitudes. *Current Psychology*, *42*, 24223-24232. https://doi.org/10.1007/s12144-022-03501-4

Ingersgaard, M. V., Grabowski, D., Willaing, I., & Tjørnhøj-Thomsen, T. (2024). It's a part of what I am, but not all of who I am: a qualitative study of identity formation in adolescents and emerging adults with type 1 diabetes. *SSM – Qualitative Research in Health*, *5*, 100391. https://doi.org/10.1016/j.ssmqr.2023.100391

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Lerner, K., & Aisengart, R. (2024). Covid-19 e tempos de crise: entre o risco e o cuidado. *Saúde e Sociedade*, *33*(3), e240309pt. https://doi.org/10.1590/s0104-12902024240309en

Licata, L. (2022). Collective memory: objectification or anchoring? *Papers on Social Representations*, *31*(1), 5-1. https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/620

Lyons, S., & Kuron, L. (2014). Generational differences in the workplace: a review of the evidence and directions for future research. *Journal of Organizational Behavior, 35*(S1), S139-S157. https://doi.org/10.1002/job.1913

Marques, J. B., & Silva, E. F. C. (2018). O papel do Estado: um retrato da administração pública na Era Vargas com um diálogo a partir da obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca. "Vargas: O capitalismo em construção". *Revista Mosaico, 9*(2), 18-23. https://doi.org/10.21727/rm.v9i2.1288

Marques, M. S., & Carlos, E. (2025). O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. *Sociologias*, *27*, e140107. https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140107

Marques, R. M., Ximenes, S. B., & Ugino, C. K. (2018). Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *Brazilian Journal of Political Economy, 38*(3), 526-547. https://doi.org/10.1590/0101-35172018-2784

Martuscelli, D. E. (2020). Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, *14*(2), 67-102. https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759

Moritz, M. L. R. F., & Rita, M. B. B. (2020). Mídia impressa e gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, *43*(2), 203-223. https://doi.org/10.1590/1809-58442020211

Mota, W. P., Jr. (2019). O Banco Mundial e a contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, *24*(1), 213-233. https://doi.org/10.1590/s1414-407720190001000012

Mundim, P. S. (2023). A batalha pela opinião pública e o impeachment de Dilma Rousseff. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (119), 292-321. https://doi.org/10.1590/0102-292321/119

Nogueira, B. (2023). Impactos do governo Jair Bolsonaro para as políticas públicas de cultura do Brasil. *Políticas Culturais em Revista, 16*(2), 153-178. https://doi.org/10.9771/pcr.v16i2.52814

Rosa, L. (2022). Celso Furtado, o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, *1*(81), 63-83. https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i81p63-83

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Santos, A. P., & Araújo, A. S. (2024). Passando a boiada: representações do discurso ecológico sobre o Brasil na imprensa dos Estados Unidos no governo de Jair Bolsonaro. *Revista Letra Magna, 20*(35), 40-66. https://doi.org/10.29327/2206789.20.35-3

Santos, C. P. C. S., Schmitberger, J. A., Santos, T. A. S., Caldas, L., Nkoso, B. A., Borges, J. S. L., & Gonçalves, B. D. (2024). Adultez emergente e universidade: o sentimento "in-between". *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, *9*(18), 149-168. https://periodicos.pucminas.br/pretextos/article/view/32726

Santos, M. S. (2021). Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. *Tempo Social*, *33*(2), 289-309. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.177990

Schewe, C. D., & Meredith, G. E. (2004). Segmenting global markets by generational cohorts: determining motivations by age. *Journal of Consumer Behavior, 4*(1), 51-63. https://doi.org/10.1002/cb.157

Schuhli, G. T. (2021). Uma análise comparativa do plano cruzado e do plano real sob a perspectiva da socioeconomia. *Revista da FAE*, *24*(1), e0711.

Silva, L. K. A. (2025). Uso ideológico da pandemia de covid-19 na consolidação do extremismo de direita no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, *29*(1), 275-294.

Silva, M. G., & Rodrigues, T. C. M. (2021). O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações Revista de Ciências Sociais*, *26*(1), 86-107. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p86

Ting, H., & Run, E. C. A. (2015). A qualitative inquiry into the formation of generational cohorts: a case of an emerging market. *Journal of Economics and Business Research*, *21*(1), 126-143. https://uav.ro/jour/index.php/jebr/article/view/439

Tullio, G., & Ronci, M. (1996). Brazilian inflation from 1980 to 1993: causes, consequences and dynamics. *Journal of Latin American Studies*, *28*(3), 635-666. https://doi.org/10.1017/S0022216X00023919

Varaschin, J. A. A. (2024). Plano Real: normatização de uma economia financeirizada. *Economia e Sociedade, 33*(1), 85-99. https://doi.org/10.1590/1982-3533.2024v33n1art05

Jaqueline Cavalcante Milhome
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: jaquemilhome@gmail.com

Diva Ester Okazaki Rowe
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora titular na Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: diva@ufba.br

Ivomberg Dourado Magalhães

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Doutor e pós-doutorado em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Programa de Pós-Graduação em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: ivomberg.magalhaes@ceca.ufal.br

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Jaqueline Cavalcante Milhome: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Análise formal (Liderança); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração de projeto (Igual); Validação (Liderança); Visualização (Igual); Escrita - rascunho original (Liderança); Escrita - revisão e edição (Liderança).
Diva Ester Okazaki Rowe: Conceituação (Suporte); Investigação (Suporte); Curadoria de dados (Suporte); Análise formal (Suporte); Administração de projeto (Igual); Supervisão (Liderança); Visualização (Igual); Escrita – rascunho original (Suporte); Escrita – revisão e edição (Suporte).
Ivomberg Dourado Magalhães: Escrita – rascunho original (Suporte).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse por parte de nenhum dos autores.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial na escrita deste artigo.

EDITOR-CHEFE

Hélio Arthur Reis Irigaray, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9580-7859

EDITOR ASSOCIADO

Fabricio Stocker, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6340-9127

EDITORES CONVIDADOS

Diego Costa Mendes, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3193-7034

Kely Cesar Martins de Paiva, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5185-9072

Darcy Mitiko Mori Hanashiro, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2305-4186

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120250211

Sónia P. Gonçalves, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3704-2995

PARECERISTAS

Maria Luisa Mendes Teixeira, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0606-1723

Tania Casado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2069-288X

Felipe Moura Oliveira, Universidade Estadual do Piauí, Teresina, PI, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6604-6827

Um dos revisores não autorizou a divulgação de sua identidade.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.